

Número 13

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Comunicado da Presidência

Pnad 2007
Primeiras
Análises

Saneamento Básico
Habitação

Volume 5

21 de outubro de 2008

Apresentação

Um novo Brasil emergiu dos números da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) edição 2007 publicada no dia 18 de setembro. Desde 22 de setembro, pesquisadores de diversas áreas do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) produziram uma série de cinco **Comunicados da Presidência** sob o título "Pnad-2007: Primeiras Análises". Como já fora feito no ano passado com a Pnad-2006, os estudos discutem, com aprofundamento e detalhamento dos dados e comparação das séries históricas, as modificações por que passa o país retratadas na Pnad-2007.

Devido à quantidade e à riqueza dos dados da Pnad, os pesquisadores optaram por divulgar suas análises por grupos de temas nos cinco Comunicados da Presidência.

Este **Comunicado da Presidência nº 13**, o quinto volume da série "Pnad – 2007: Primeiras análises", versa sobre **saneamento básico e habitação**.

Os temas anteriores foram:

22/09: Pnad-2007: Primeiras análises, volume 1 – pobreza, desigualdade e mobilidade social.

30/09: Pnad-2007: Primeiras análises, volume 2 - mercado de trabalho, trabalho infantil e previdência.

07/10: Pnad-2007: Primeiras análises, volume 3 - população, família e gênero.

14/10: Pnad-2007: Primeiras análises, volume 4 - juventude, raça e educação.

Os dados da Pnad são insumos valiosos e servirão ainda de base para futuros seminários, TDs (Textos para Discussão), boletins e livros do Ipea. Os Comunicados da Presidência são documentos mais curtos, de publicação mais ágil, com o objetivo de apresentar – em menor tempo de preparação – análises qualificadas de assuntos de interesse da sociedade brasileira, discussões sobre políticas públicas ou dados preliminares já consolidados de pesquisas mais longas em andamento.

Participaram das pesquisas da série de Comunicados da Presidência “Pnad - 2007: Primeiras Análises” os pesquisadores:

- Marcio Pochmann,
- Jorge Abrahão de Castro,
- Mário Theodoro Lisboa,
- Ricardo Amorim,
- Natália Sátyro,
- Sergei Soares,
- Ricardo Paes de Barros,
- Mirela de Carvalho,
- Samuel Franco,
- Rosane Mendonça,
- Lauro Ramos,
- Ana Lúcia Kassouf,
- Milko Matijascic,
- Leonardo Rangel,
- Fernando Gaiger,
- Ana Amélia Camarano,
- Natália Fontoura,
- Alinne Bonetti,
- Maria da Piedade Moraes,
- Carla Coelho,
- Herton Araújo,
- Luciana Jaccoud,
- João Luís do Nascimento,
- Carolina Veríssimo Barbieri,
- Paulo Augusto Rego e
- Marília Patelli Lima.

Na organização dos eventos, disseminação e divulgação dos conteúdos, participaram da equipe da Assessoria de Comunicação:

Eventos: Luiz Fernando Cortez, Natasha Rodrigues Mesquita Sampaio e Andréa Ferreira da Silva.

Fotos: João Viana da Silva.

Assessoria de Imprensa: Andréia Castro, Gabriela Campos, Thatiane Teles, Bruna Rosa e Marina Nery.

Ambiente Web: Nídia Rios, Chiara Fernandes de Camargos, Fernando Boiteux, Antenor Cruz, Luciane Ramires e Pedro Alarcão.

Apoio administrativo: José Peres Costa e Tânia de Freitas.

Coordenação de Comunicação: Estanislau Maria.

1. SANEAMENTO BÁSICO

1.1. ÁGUA

No que diz respeito ao saneamento básico, um dos principais destaques da última Pnad, é que **o Brasil já conseguiu alcançar em 2007, a meta do milênio relativamente ao acesso à água potável** nas áreas urbanas¹, prevista para 2015, pois já existe água canalizada de rede geral no interior do domicílio de 91,3% dos moradores em cidades. **Só no último ano, foi possível levar água de rede geral para quase 2,2 milhões de brasileiros:** 2 milhões residentes em áreas urbanas e 198 mil moradores de zonas rurais.

Contudo, temos que ter em conta que às vezes as médias nacionais podem mascarar a existência de importantes desigualdades regionais e sociais. Considerando-se os indicadores de acesso a água desagregados para cada uma das grandes regiões, é possível verificar que a meta da água para as áreas urbanas foi alcançada para 4 das 5 macrorregiões do país, à exceção da Região Norte. Os números da Pnad 2007 mostram que ainda persistem elevadas desigualdades regionais no quesito acesso à água. O Sudeste e o Sul apresentam níveis de cobertura de água acima dos 95% da população urbana, superando em mais de 30 pontos percentuais a cobertura na região Norte. Na questão da água, observa-se que, **entre 2006 e 2007, o maior incremento absoluto (cerca de 877 mil pessoas) aconteceu no Nordeste**, região eleita como prioritária para receber os investimentos governamentais provenientes de recursos orçamentários. Em termos relativos, o acesso a água adequado na região Nordeste também teve relevante ampliação (2,3%) frente à média nacional de (1,5 %).

As desigualdades no acesso aos serviços de água também são gritantes entre os habitantes das áreas urbanas e das zonas rurais, pois a água de rede geral está disponível para menos de 28% dos moradores do campo. No meio rural, 58% da população ainda usa água proveniente de poço ou nascente e cerca de 39,3% não possui água canalizada dentro de casa.

Além das desigualdades regionais, ainda se observam níveis elevados de desigualdade racial e socioeconômica. Os níveis de cobertura de água canalizada de rede geral entre a população preta e parda e os estratos da população de menor renda, são bem menores do que o acesso encontrado entre os brancos e os grupos de renda mais elevada, embora tenha havido uma diminuição contínua nas desigualdades sociais no quesito água. Como era de se esperar, o

¹ ODM 7, Meta 10 - Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso a água potável e esgotamento sanitário

acesso à água potável torna-se mais difundido à medida que aumenta a faixa de renda observada. Dentre os 20% mais pobres residentes em áreas urbanas, o nível de cobertura de água canalizada por rede geral em 2007 é de pouco mais de 83%, enquanto os 20% mais ricos possuem índices de cobertura desses serviços superiores a 95,7%, uma diferença de quase 13 pontos percentuais. Contudo, o diferencial entre esses dois grupos de renda em 1992 era aproximadamente 35 pontos percentuais, o que mostra que o país tem conseguido reduzir as desigualdades socioeconômicas, ao ampliar mais do que proporcionalmente as ligações à rede pública de água nas faixas de renda mais baixas.

O déficit de cobertura de água canalizada por rede geral nas áreas urbanas em termos absolutos ainda é de 13,8 milhões de pessoas, cerca de 375 mil pessoas a menos do que em 2006.

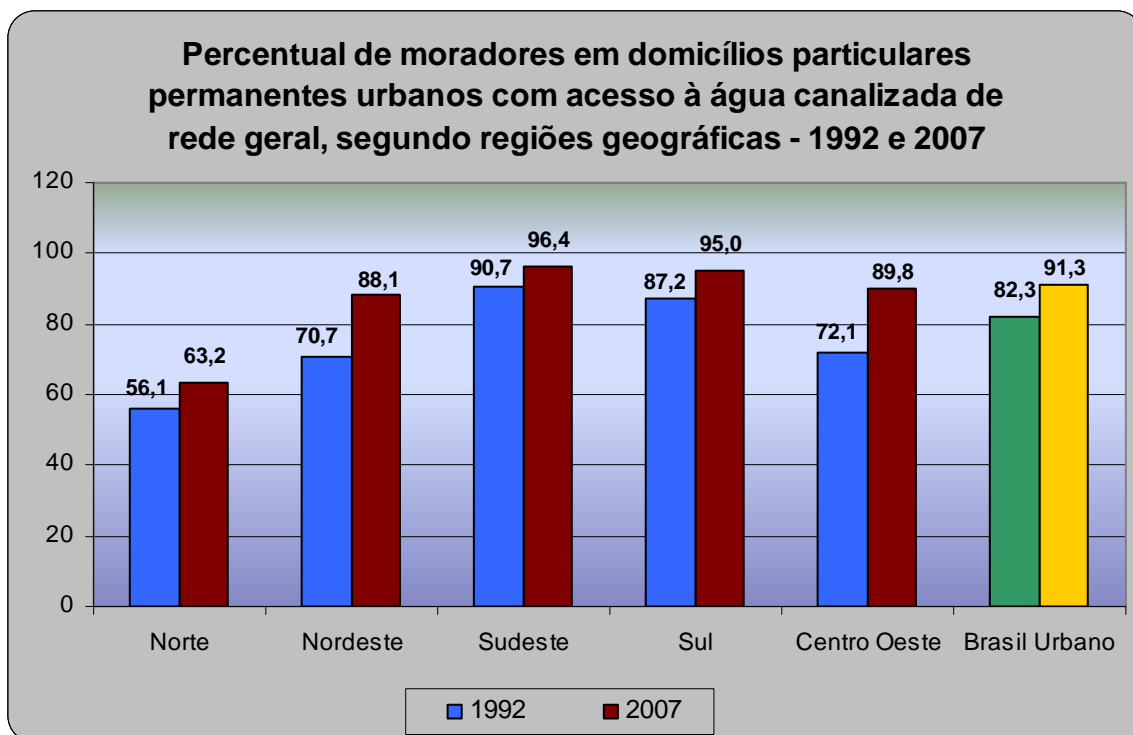
Total e percentual de moradores em domicílios particulares permanentes com abastecimento de água, por tipo de abastecimento e situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões, 1992 e 2007

ÁREA URBANA							
Ano	Região	Rede geral		Poço ou nascente		Outro tipo ou sem declaração	TOTAL
		Com canalização interna	Sem canalização interna	Com canalização interna	Sem canalização interna		
1992	Norte	56,05	13,83	6,18	15,87	8,07	100,00
	Nordeste	70,65	9,98	1,73	5,23	12,41	100,00
	Sudeste	90,66	3,55	3,20	1,65	0,94	100,00
	Sul	87,19	3,73	5,98	1,98	1,13	100,00
	Centro Oeste	72,10	8,78	10,25	8,11	0,76	100,00
	Brasil	82,31	6,00	3,91	3,76	4,02	100,00
2007	Norte	63,22	4,38	21,19	8,65	2,56	100,00
	Nordeste	88,12	3,29	3,96	1,99	2,63	100,00
	Sudeste	96,37	0,27	2,77	0,33	0,26	100,00
	Sul	95,01	0,34	4,03	0,41	0,21	100,00
	Centro Oeste	89,82	0,58	8,15	1,21	0,25	100,00
	Brasil	91,28	1,32	5,00	1,42	0,99	100,00

ÁREA RURAL							
Ano	Região	Rede geral		Poço ou nascente		Outro tipo ou sem declaração	TOTAL
		Com canalização interna	Sem canalização interna	Com canalização interna	Sem canalização interna		
1992	Norte	-	1,65	11,10	77,20	10,06	100,00
	Nordeste	8,31	4,21	2,81	43,29	41,38	100,00
	Sudeste	12,85	2,92	47,88	30,42	5,93	100,00
	Sul	8,75	1,95	61,25	24,94	3,10	100,00
	Centro Oeste	3,60	0,61	43,29	50,35	2,15	100,00
	Brasil	9,08	3,28	25,98	37,86	23,80	100,00
2007	Norte	12,96	5,47	27,53	45,50	8,54	100,00
	Nordeste	23,38	6,66	16,44	28,85	24,67	100,00
	Sudeste	28,46	1,20	59,61	6,54	4,19	100,00
	Sul	29,94	0,43	65,36	3,54	0,73	100,00
	Centro Oeste	15,97	1,35	68,73	12,20	1,74	100,00
	Brasil	23,79	4,16	36,92	21,44	13,70	100,00

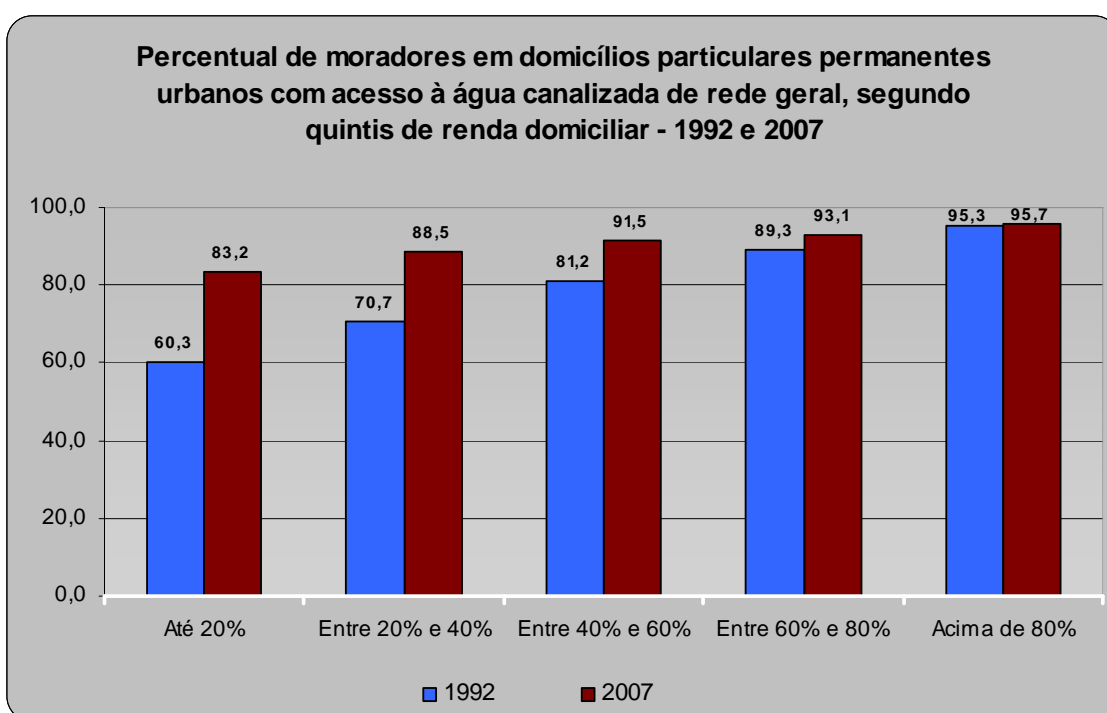
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000

1.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Outra boa notícia trazida pela Pnad 2007 foi o **aumento de 3 pontos percentuais na proporção da população urbana com acesso à rede coletora de esgoto** em relação ao ano anterior, o maior aumento ocorrido nos últimos 15 anos, passando de 54,4% em 2006 para 57,4% da em 2007. Contabilizando também a população urbana que possui coleta de esgoto por fossa séptica, o percentual de cobertura por soluções minimamente adequadas de esgoto, sobe para quase 81%.

Essa melhora nos indicadores reflete a maturação e a ampliação dos investimentos em esgotamento sanitário ocorridos nos últimos cinco anos, o que permitiu ampliar os serviços de rede de esgoto para 5,9 milhões de pessoas na área urbana e 337 mil pessoas na zona rural apenas no último ano. **Com o aumento substancial no montante de recursos destinados a saneamento básico previstos pelo PAC (R\$ 40 bilhões entre 2007 e 2010), é de se esperar que os indicadores de esgoto venham a apresentar melhorias ainda mais significativas nos próximos anos.**

A exemplo do que acontece no caso da água, também se verificam grandes diferenciais entre as zonas urbana e rural, havendo ainda muito espaço para investimento em saneamento em áreas rurais e em municípios de menor porte, onde são mais baixos os níveis de cobertura. Os dados da Pnad mostram que 22% da população rural reside em domicílios que ainda não têm nenhum tipo de sistema de coleta de esgoto, e 54,3% recorrem a soluções não adequadas para o esgoto doméstico, como fossas rudimentares, valas e despejo do esgoto diretamente nos rios, lagos e mares, o que representa uma ameaça tanto à saúde da população, principalmente das crianças, mais sujeitas a doenças de veiculação hídrica, quanto à qualidade do meio ambiente.

No quesito esgoto, as desigualdades urbanas entre as regiões também permanecem em patamares elevados. No acesso ao esgotamento sanitário do tipo rede geral de esgoto ou fossa séptica, a região que apresenta o pior desempenho é o Centro-Oeste, onde pouco mais de 52% da população urbana possui esgoto adequado, enquanto a cobertura no Nordeste é de 68,4% e no Norte cerca de 64%. Os níveis de qualidade dos serviços de esgoto nas regiões Sudeste e Sul, superiores a 85% superam largamente os níveis de cobertura nas outras 3 regiões brasileiras. Nas regiões Norte, Sul e Nordeste ainda é grande o percentual de domicílios urbanas com esgoto do tipo fossa séptica, solução mais adequada para áreas urbanas com baixa densidade demográfica. Em termos percentuais, a região brasileira que obteve o maior aumento nas ligações à rede

geral de esgoto em 2007 foi a região Norte. **Todas as regiões apresentaram um crescimento percentual maior que a média anual entre 2001 e 2006**, apesar de que apenas a região Sudeste conseguiu o feito de ultrapassar os 83% da população com rede geral de esgoto. E isso não parece mudar tão cedo, já que das pessoas que obtiveram melhores condições de esgotamento sanitário entre 2006 e 2007, quase 2,5 milhões são moradores da região Sudeste, onde se têm concentrado os investimentos onerosos com recursos do FGTS e para onde se destinam 38,7% dos recursos do PAC Saneamento.

As desigualdades socioeconômicas no acesso a esgotamento sanitário adequado são ainda mais gritantes do que no acesso a água potável, apesar de também ter-se verificado uma redução substancial nos diferenciais entre os estratos sociais. Para os 20% mais pobres a cobertura de rede geral ou fossa séptica é de 64,6%. Já para o último quinto de renda, a cobertura ronda os 92,8%, uma diferença de mais de 28 pontos percentuais, mas que já chegou a ser quase de 48 pontos percentuais no começo da década de 1990.

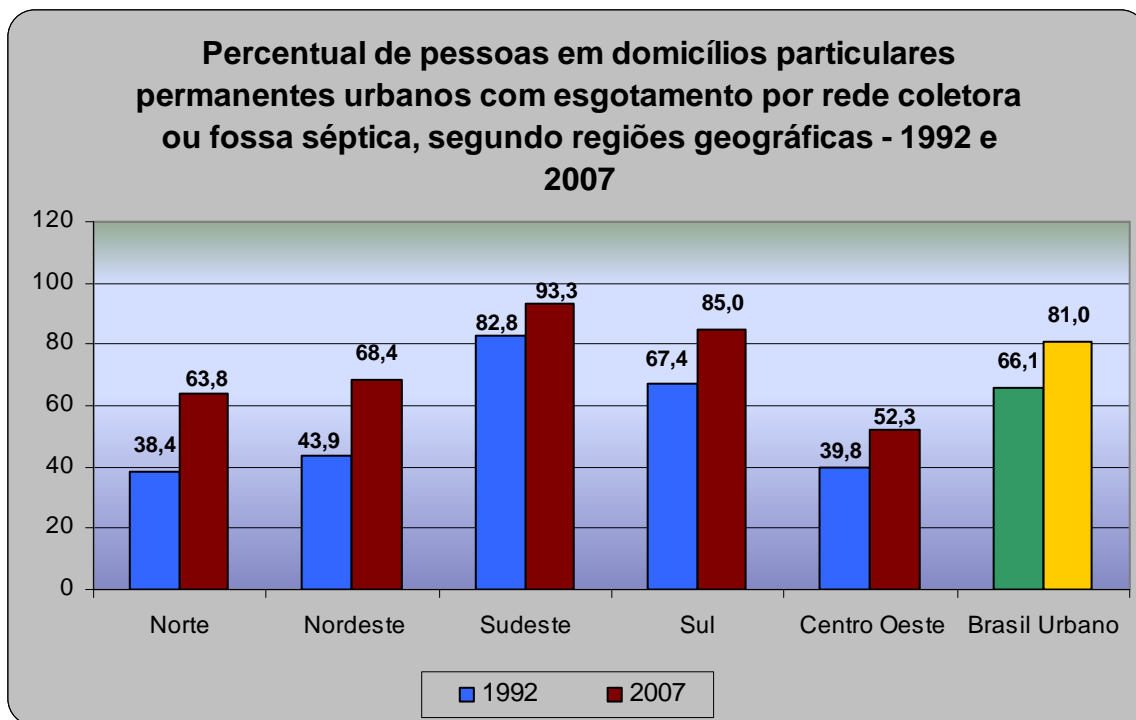
O aumento da população coberta por esgotamento sanitário adequado, continua sendo o maior desafio para a política de saneamento básico, pois o déficit absoluto desses serviços nas áreas urbanas ainda supera os 30 milhões de pessoas, apesar de ser quase 4,5 milhões mais baixo do que o déficit absoluto de esgoto que havia em 2006.

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário e situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões, 1992 e 2007

ÁREA URBANA									
Ano	Região	Com esgotamento sanitário						Não tinham	TOTAL
		Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo		
1992	Norte	6,31	32,09	43,88	2,49	3,43	0,19	11,62	100,00
	Nordeste	18,55	25,35	35,77	2,27	1,68	0,28	16,11	100,00
	Sudeste	72,26	10,52	9,47	2,28	3,27	0,42	1,78	100,00
	Sul	18,13	49,32	25,11	1,25	1,93	0,14	4,12	100,00
	Centro Oeste	34,70	5,13	54,01	0,84	0,32	0,16	4,83	100,00
	Brasil	45,55	20,51	22,86	2,04	2,51	0,32	6,21	100,00
2007	Norte	11,71	52,11	27,75	2,40	2,29	0,20	3,54	100,00
	Nordeste	37,81	30,55	23,44	1,85	1,55	0,14	4,66	100,00
	Sudeste	83,46	9,86	2,91	0,96	2,50	0,07	0,25	100,00
	Sul	37,98	47,03	11,62	1,49	1,22	0,10	0,57	100,00
	Centro Oeste	38,61	13,68	46,36	0,12	0,39	0,04	0,80	100,00
	Brasil	57,39	23,57	14,11	1,29	1,92	0,10	1,62	100,00

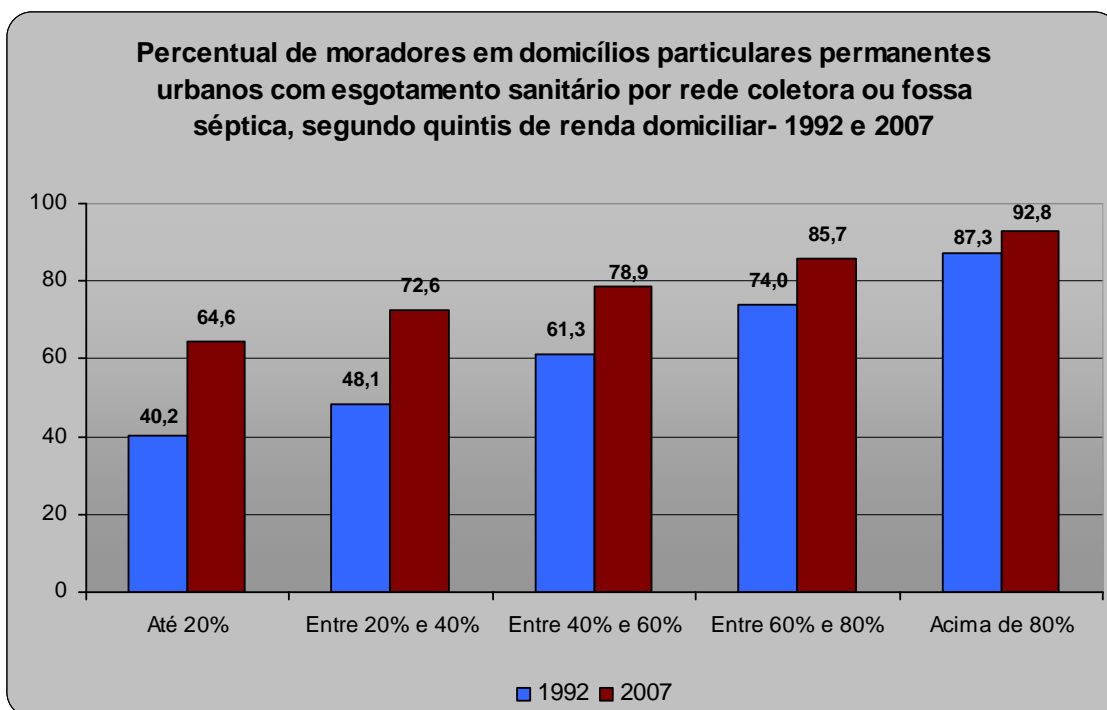
ÁREA RURAL									
Ano	Região	Com esgotamento sanitário						Não tinham	TOTAL
		Rede coletora	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Direto para rio, lago ou mar	Outro tipo		
1992	Norte	-	0,52	21,49	0,35	-	-	77,65	100,00
	Nordeste	2,31	2,95	19,74	2,60	0,50	0,21	71,69	100,00
	Sudeste	7,45	6,69	43,38	3,94	14,24	1,28	23,02	100,00
	Sul	0,26	23,07	49,58	3,05	3,95	0,92	19,17	100,00
	Centro Oeste	0,04	2,23	57,89	3,68	1,56	1,13	33,47	100,00
	Brasil	2,99	7,28	32,69	3,03	4,36	0,64	49,01	100,00
2007	Norte	1,79	19,21	51,91	3,93	0,91	0,00	22,26	100,00
	Nordeste	2,23	12,26	40,96	6,78	0,85	0,42	36,50	100,00
	Sudeste	17,89	15,84	43,97	3,89	11,72	0,85	5,84	100,00
	Sul	1,86	44,94	42,53	4,78	2,28	0,21	3,40	100,00
	Centro Oeste	1,49	6,37	80,60	1,62	0,37	1,04	8,53	100,00
	Brasil	5,30	18,40	45,32	5,26	3,28	0,46	21,99	100,00

Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007
 Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000

1.3. RESÍDUOS SÓLIDOS

No Brasil, os serviços de coleta direta e indireta dos resíduos sólidos apresentam uma cobertura relativamente ampla e estavam disponíveis para quase 97,6% da população urbana em 2007 (90% de forma direta e 7,6% coletados indiretamente), representando um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a 2006. Na zona rural os serviços de coleta de lixo atingem menos de 27% da população. Nestas regiões, a maior parte dos resíduos sólidos continua sendo queimada ou enterrada (60%) ou é jogada em terrenos baldios ou logradouros (11,7%).

No caso do lixo, as desigualdades regionais e sociais são bem menos pronunciadas do que no acesso a água e esgoto, embora os níveis de coleta direta de resíduos sólidos continuem sendo maiores no Sul e no Sudeste, como se pode ver nas tabelas abaixo.

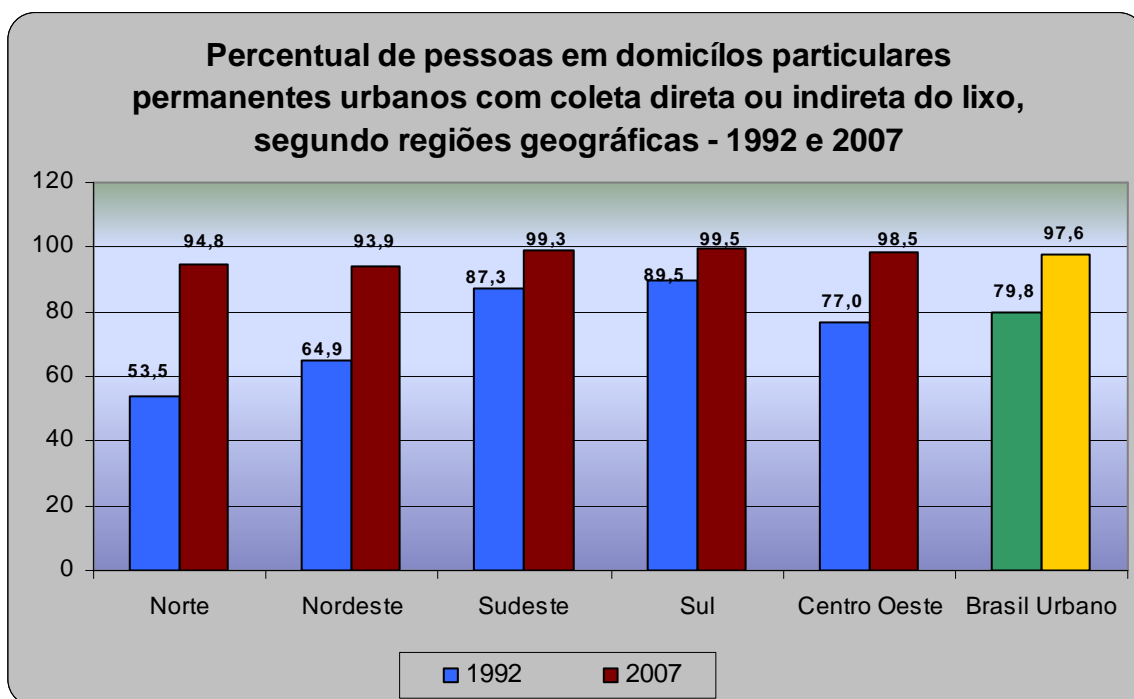
O déficit absoluto na coleta de lixo era de 3,7 milhões em 2007, menos 685 mil pessoas do que em 2006.

Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por destino do lixo domiciliar e situação do domicílio - Brasil e Grandes Regiões, 1992 e 2007

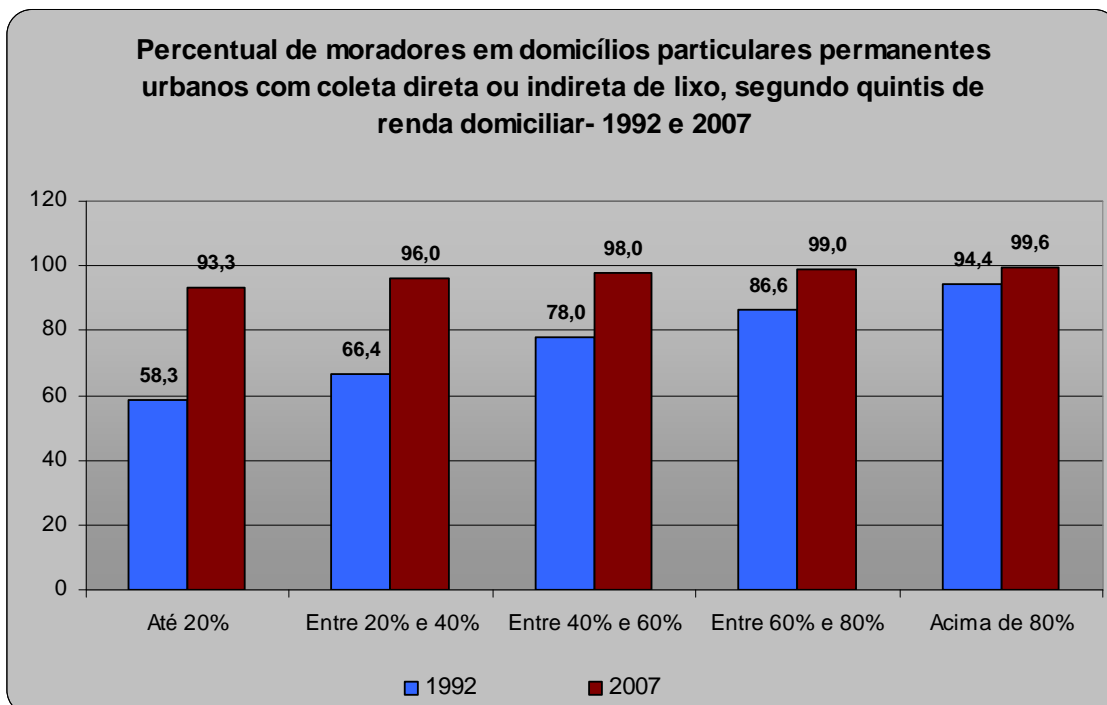
ÁREA URBANA								
Ano	Região	Destino do lixo						TOTAL
		Coleta direta	Coleta indireta	Queimado ou enterrado	Terreno baldio ou logradouro	Rio, lago, ou mar	Outro destino	
1992	Norte	43,20	10,32	27,85	15,48	3,00	0,14	100,00
	Nordeste	55,18	9,70	9,72	23,73	1,21	0,46	100,00
	Sudeste	82,54	4,78	6,80	4,96	0,72	0,20	100,00
	Sul	86,35	3,11	7,62	2,06	0,46	0,39	100,00
	Centro Oeste	75,00	1,96	13,95	8,52	0,07	0,49	100,00
	Brasil	74,05	5,79	9,24	9,73	0,88	0,31	100,00
2007	Norte	88,16	6,66	4,25	0,81	0,09	0,03	100,00
	Nordeste	81,61	12,26	3,38	2,53	0,14	0,07	100,00
	Sudeste	93,11	6,15	0,49	0,20	0,05	0,01	100,00
	Sul	94,55	4,91	0,44	0,07	0,02	0,01	100,00
	Centro Oeste	89,75	8,76	1,20	0,21	0,03	0,05	100,00
	Brasil	89,97	7,65	1,50	0,78	0,07	0,03	100,00

ÁREA RURAL								
Ano	Região	Destino do lixo						TOTAL
		Coleta direta	Coleta indireta	Queimado ou enterrado	Terreno baldio ou logradouro	Rio, lago, ou mar	Outro destino	
1992	Norte	1,47	-	77,47	9,96	0,43	10,66	100,00
	Nordeste	5,41	0,40	22,24	64,44	0,42	7,09	100,00
	Sudeste	9,45	1,05	60,49	18,43	1,97	8,62	100,00
	Sul	5,93	0,31	69,48	14,22	1,60	8,46	100,00
	Centro Oeste	1,98	0,28	66,94	15,02	0,38	15,40	100,00
	Brasil	6,20	0,52	42,64	41,44	0,99	8,20	100,00
2007	Norte	19,15	3,30	70,92	5,86	0,45	0,32	100,00
	Nordeste	12,88	2,47	61,83	21,23	0,17	1,41	100,00
	Sudeste	33,85	10,94	51,76	2,70	0,06	0,69	100,00
	Sul	31,12	12,67	52,24	2,01	0,00	1,96	100,00
	Centro Oeste	16,37	6,43	73,57	3,39	0,06	0,18	100,00
	Brasil	20,86	6,07	60,03	11,74	0,15	1,15	100,00

Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007
 Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000

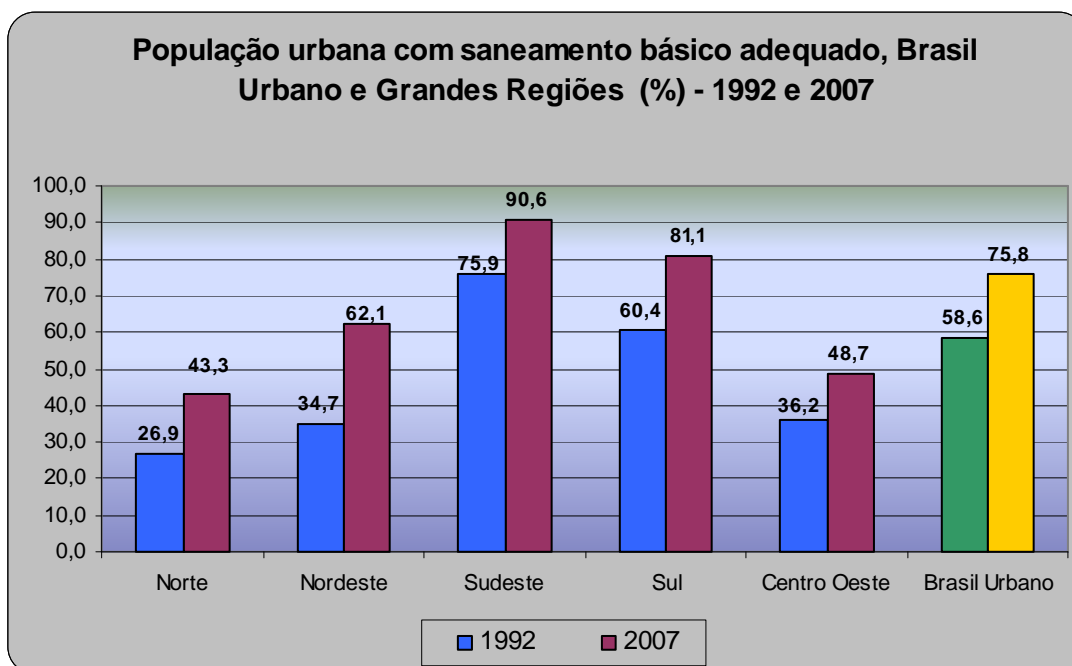


Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007
 Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000

1.4. ACESSO SIMULTÂNEO A SERVIÇOS DE ÁGUA, ESGOTO E LIXO ADEQUADOS

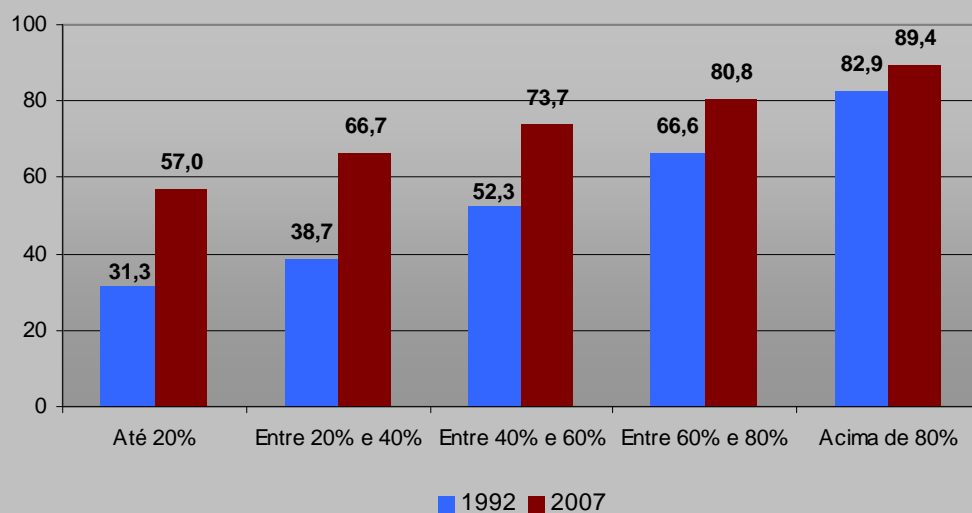
O acesso simultâneo aos serviços de água canalizada de rede geral, esgoto por rede geral ou fossa séptica e coleta direta ou indireta de lixo está disponível para cerca de 76% da população urbana, mas varia bastante entre as diferentes regiões e estratos de renda. Na região Norte apenas 43,3% tem acesso a saneamento básico adequado ao passo que no Sudeste, região mais densamente povoada e de maior grau de desenvolvimento, os níveis de adequação chegam a quase 90,6%. As diferenças de cobertura entre os 20% mais pobres e os 20% mais ricos ainda superam os 32 pontos percentuais. As diferenças na cobertura de brancos e negros em saneamento básico adequado também são elevadas e superam os 15 pontos percentuais.

Mesmo com os aumentos nos percentuais de cobertura dos serviços de água, esgoto e coleta de lixo e a redução dos níveis de desigualdade, vimos que as desigualdades regionais, sociais e raciais ainda continuam sendo bastante significativas, exigindo do poder público uma atenção especial para as regiões e os grupos sociais com menores índices de cobertura. Os níveis absolutos para o déficit de desses serviços também são consideráveis, e o maior desafio em termos da política de saneamento básico continua sendo a ampliação da coleta e do tratamento do esgotamento sanitário e o combate à poluição hídrica, pois somente 30% do esgoto coletado é que recebe algum tipo de tratamento.



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

**População urbana com saneamento básico adequado,
segundo quintis de renda domiciliar (%) - 1992 e 2007**



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs.: Não houve pesquisa em 1994 e 2000

2. HABITAÇÃO

Os dados da Pnad mostram uma evolução positiva nos indicadores habitacionais nas áreas urbanas, embora os avanços relativos tenham sido menos pronunciados do que no caso do saneamento básico.

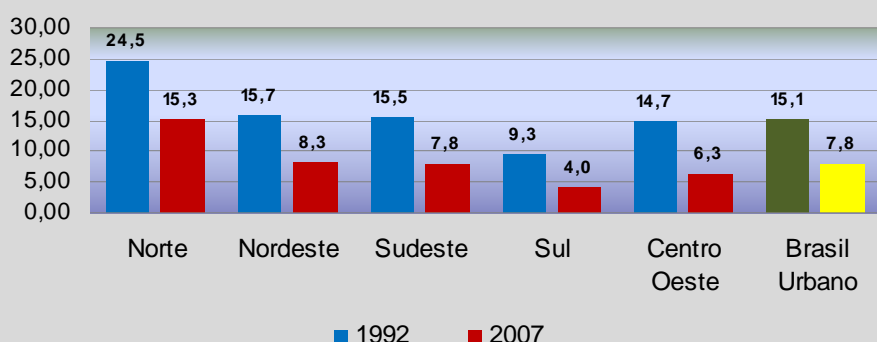
Alguns indicadores habitacionais apresentam percentuais de cobertura bastante elevados, como é o caso dos domicílios urbanos com paredes e teto construídos com materiais duráveis, com índices de adequação superiores a 98,6%. Também existe banheiro de uso exclusivo do domicílio para 97,5% dos moradores urbanos. A iluminação elétrica está presente nos domicílios de 99,8% dos moradores das cidades. Já a conexão a rede de telefonia fixa atende 51,5% dos residentes em áreas urbanas.

Os principais problemas habitacionais dizem respeito ao adensamento excessivo, à coabitação familiar, ao ônus excessivo com o pagamento de aluguel e à proliferação de assentamentos precários.

A proporção de pessoas que moram em domicílios urbanos com superlotação domiciliar, i.e., com uma densidade superior a 3 pessoas por cômodo servindo como dormitório, e de 12,3 milhões de pessoas ou 7,8% da população urbana, menos 870 mil pessoas ou uma queda de 0,7 pontos percentual em relação a 2006, mas bem inferior ao percentual observado em 2001, que era 11,1% da população urbana. Em 1992, a proporção de pessoas adensadas era ainda maior, englobando 15,1% da população urbana.

Os problemas relativos ao adensamento excessivo se fazem sentir de forma mais aguda nas áreas metropolitanas, onde a proporção da população morando adensada era de 9,3%. Em termos absolutos, as pessoas que sofrem com adensamento excessivo estão concentradas nas regiões metropolitanas de São Paulo (2,2 milhões) e Rio de Janeiro (1 milhão de pessoas). Em termos relativos esse problema é mais grave nas RMs de Belém, São Paulo e Salvador, onde os percentuais de residentes urbanos que moram em domicílios com níveis elevados de adensamento é de 16,6%, 11,7% e 10,6%, respectivamente.

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de adensamento excessivo, segundo região geográfica - Brasil, 1992 e 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

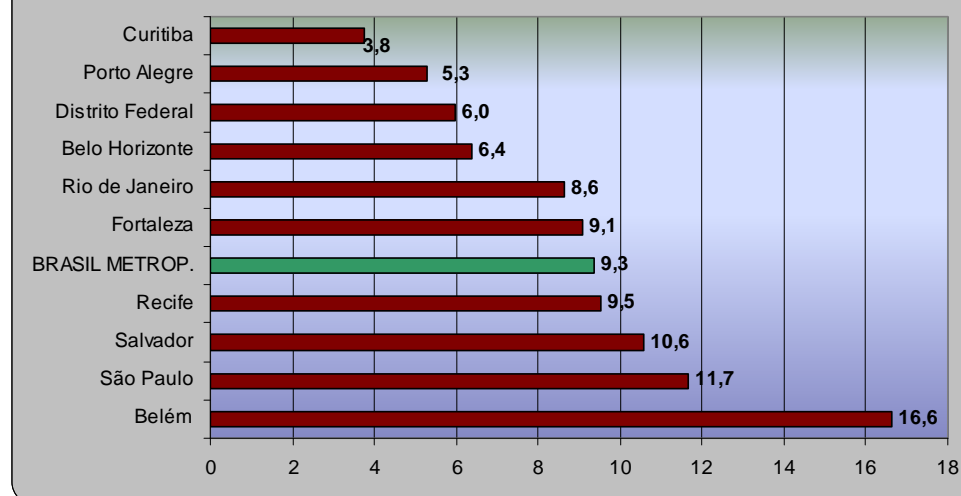
Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo, segundo região geográfica e área censitária- 2007

Variáveis	Ônus excessivo (1)		Adensamento excessivo (2)		
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
Região Geográfica	Norte	220.135	1,88	1.789.948	15,30
	Nordeste	1.049.967	2,80	3.112.966	8,30
	Sudeste	3.075.237	4,14	5.755.553	7,76
	Sul	630.877	2,75	915.694	3,99
	Centro Oeste	451.843	3,84	742.215	6,32
Área Censitária	Metropolitana	2.355.283	4,09	5.376.387	9,34
	Auto-repres.	1.386.692	3,61	2.757.746	7,18
	Não auto-repres.	1.686.084	2,71	4.182.243	6,73
BRASIL URBANO	5.428.059	3,43	12.316.376	7,79	

Obs: (1) mais de 30% da renda com aluguel; (2) mais de 3 pessoas por comodo servindo como dormitório

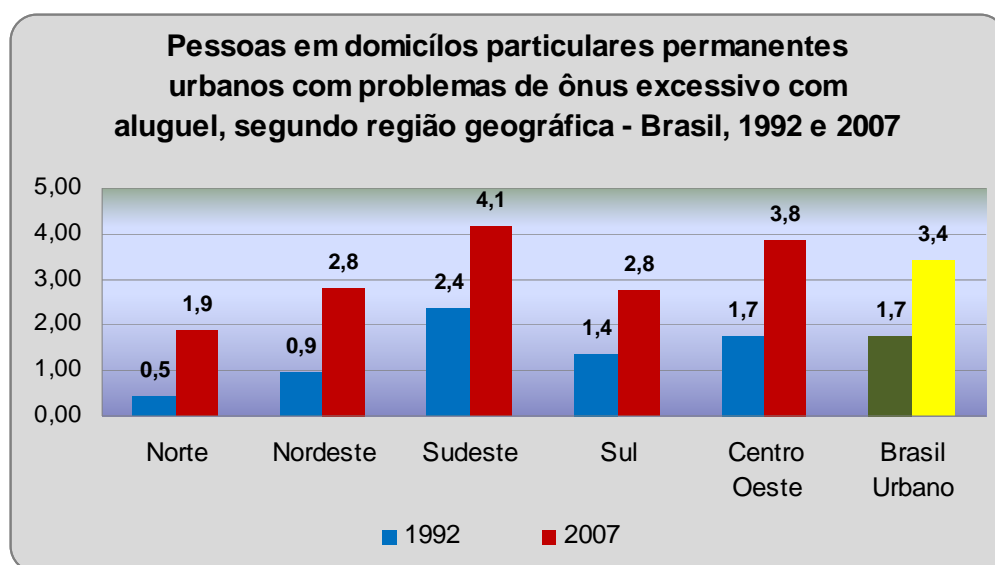
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Pessoas em domicílios particulares permanentes urbanos com adensamento excessivo, segundo regiões metropolitanas - Brasil, 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Já os problemas relativos ao **gasto excessivo com o pagamento do aluguel afligiam cerca de 3,4% dos moradores em áreas urbanas ou 5,4 milhões de pessoas**, que despendiam mais de 30% da sua renda apenas com o pagamento pelo aluguel da moradia. O percentual da população urbana que sofre com o ônus com aluguel sofreu um ligeiro aumento em relação aos valores observados em 2006, que era de 3,2%, mostrando que a moradia ficou relativamente menos acessível financeiramente para a população no último ano, acompanhando uma tendência crescente desde 1992. A exemplo do que ocorre com o adensamento excessivo, os problemas relativos ao ônus com aluguel também se fazem sentir de forma mais aguda nas principais metrópoles do país e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, evidenciando uma escassez relativa de moradia para aluguel e uma pressão sobre a terra e a moradia nessas áreas, o que se reflete em valores mais altos para os aluguéis e os preços dos imóveis. Dentre as dez principais regiões metropolitanas brasileiras, em Brasília o problema do ônus com aluguel se faz sentir de maneira mais intensa (6,9%), superando os níveis encontrados em São Paulo (4,9%) e no Rio de Janeiro (4,5%). Em termos regionais a população que sofre com o ônus excessivo com o aluguel está concentrada na região Sudeste (3,1 milhões), a mais densamente povoada do país.

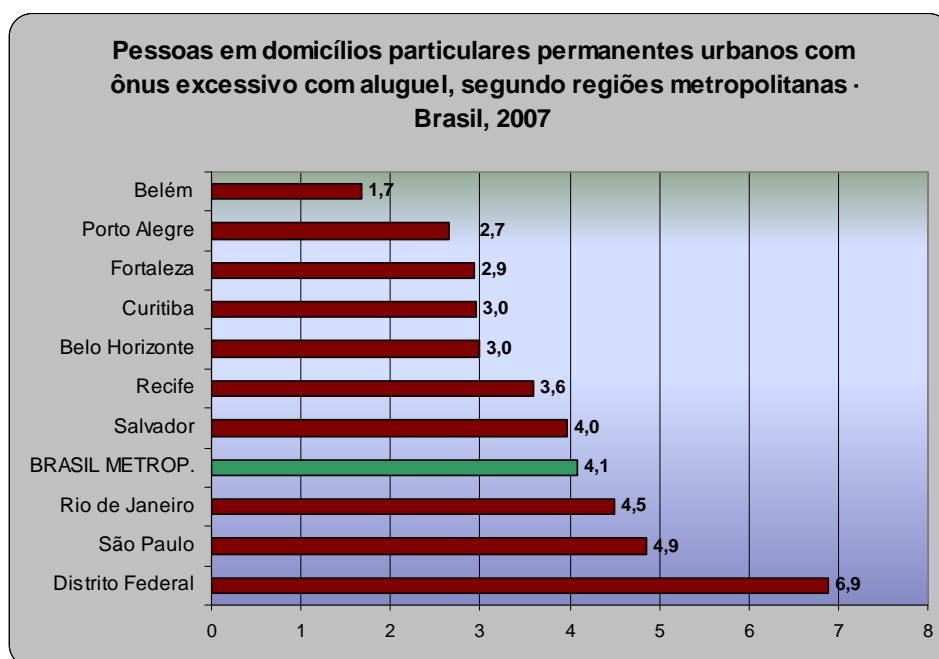


Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes urbanos com problemas de ônus excessivo com aluguel ou adensamento excessivo, segundo região metropolitana - 2007

Região Metropolitana	Ônus excessivo		Adensamento excessivo	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Belém	34.812	1,67	346.754	16,62
Fortaleza	99.507	2,94	307.439	9,09
Recife	129.667	3,60	343.410	9,52
Salvador	135.373	3,96	360.651	10,56
Belo Horizonte	148.752	2,99	317.613	6,38
Rio de Janeiro	528.647	4,50	1.014.911	8,64
São Paulo	927.507	4,85	2.229.091	11,66
Curitiba	88.195	2,96	112.208	3,76
Porto Alegre	104.428	2,66	207.233	5,27
Distrito Federal	158.395	6,88	137.077	5,96
BRASIL METROPOLITANO	2.355.283	4,09	5.376.387	9,34

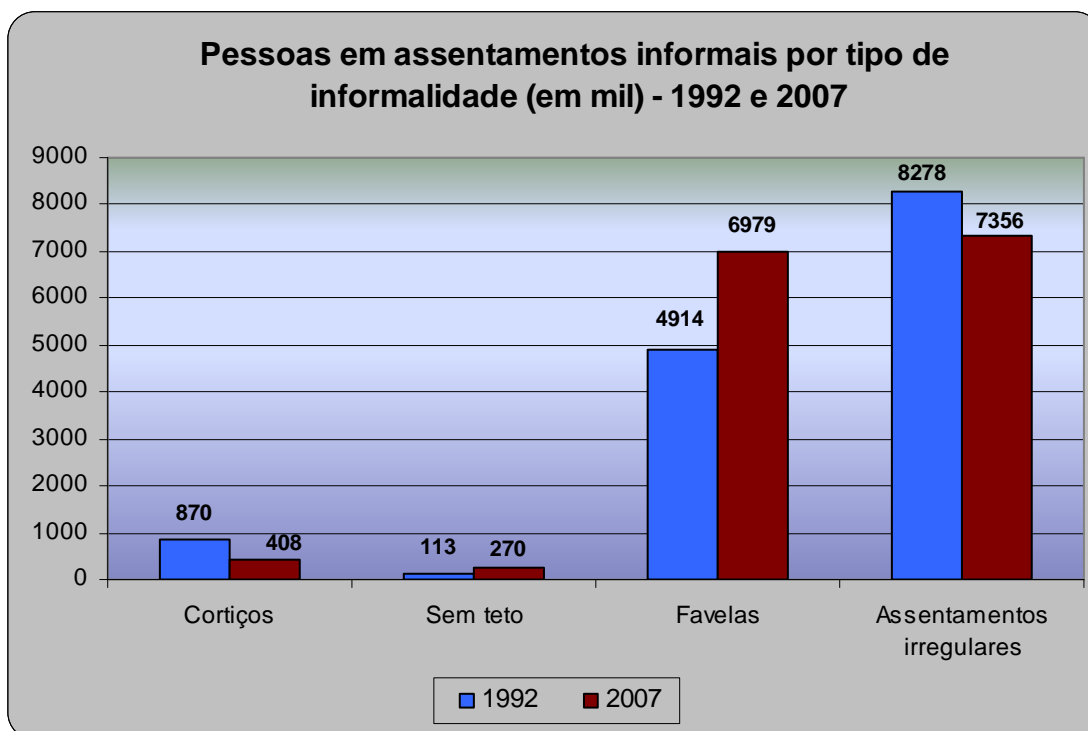
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

No que diz respeito à população residente em assentamentos precários verificou-se uma redução substancial no número de pessoas moradoras em cortiços (domicílios do tipo cômodo), que passaram de 870 mil em 1992 para 408 mil pessoas em 2007. O número de pessoas que sofriam de irregularidade fundiária em áreas urbanas, i.e., pessoas cujas residências estão construídas em terrenos de propriedade de terceiros ou outras condições de moradia como no caso de invasão, era de 7,3 milhões de pessoas em 2007, o que

representou uma redução de 920 mil pessoas nos últimos 15 anos. Contudo, não foi possível deter o crescimento da população residente em domicílios improvisados nem o número de pessoas residentes em favelas e assemelhados (aglomerados subnormais). No caso das favelas, o crescimento absoluto foi em mais de 2 milhões de pessoas, alcançando a cifra de quase 7 milhões de pessoas em 2007, dos quais 4 milhões são moradores da região Sudeste, concentrados em termos numéricos nas RMs de São Paulo e Rio de Janeiro.



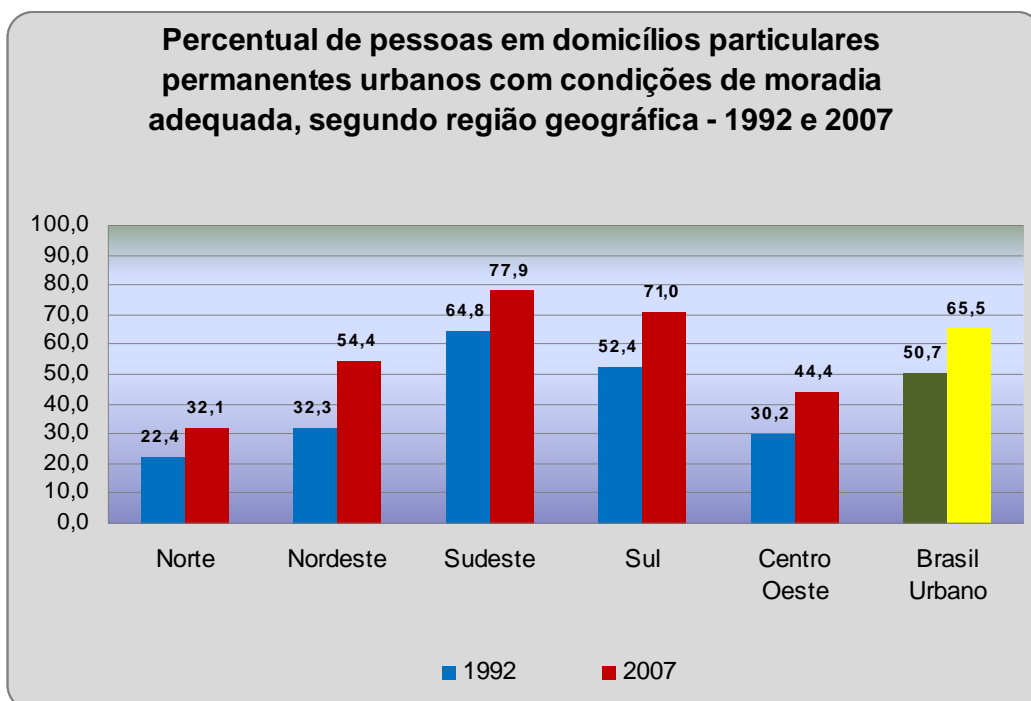
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Obs. Cortiços = cômodos; sem teto= domicílios improvisados; favelas = aglomerados subnormais e assentamentos irregulares = terrenos de propriedade de terceiros e outras condições de moradia, como invasões

Embora esteja havendo uma queda nas desigualdades raciais, os dados da Pnad mostram claramente que os problemas habitacionais recaem sobretudo sobre a população preta e parda, que representa 66,3% dos moradores em cortiços, 52% da população sem teto, 65,6% dos residentes em favelas, 52,7% dos moradores com irregularidade fundiária e 65,8% das pessoas que moram adensadas, que superam em muito a proporção dos pretos e pardos na população urbana total, que não ultrapassa os 47,6%.

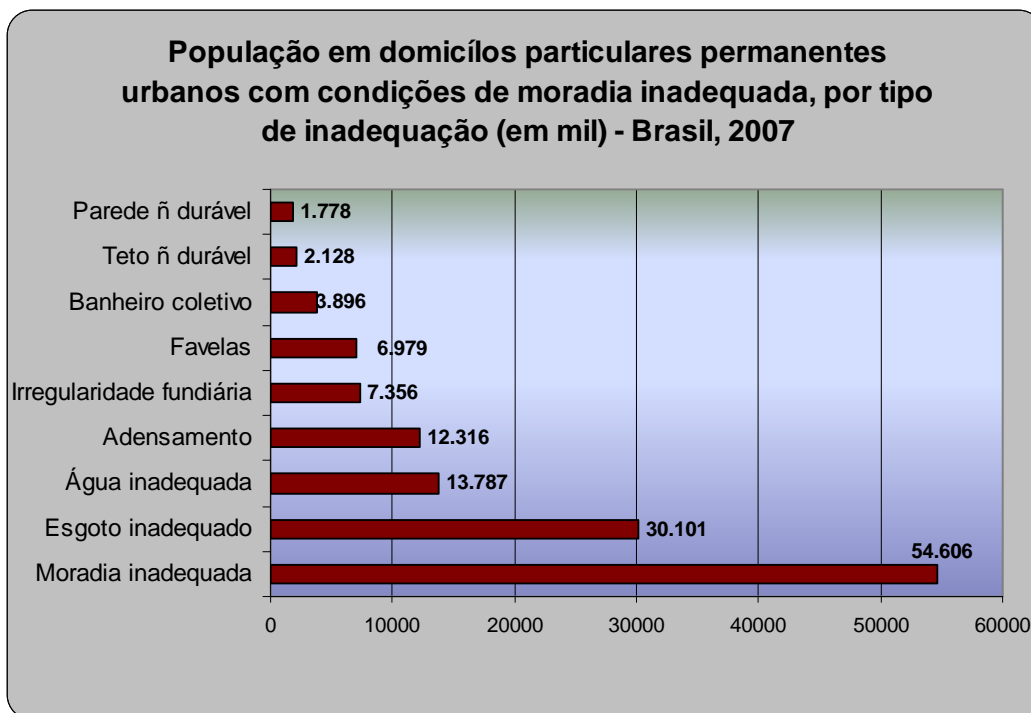
Aproximadamente 34,5% da população urbana ainda vive em condições de moradia inadequadas. Retrato da desigualdade brasileira: enquanto os 10% mais ricos detêm 75% da riqueza nacional, um a cada três brasileiros das cidades não tem condições dignas de moradia.

Considerando simultaneamente o acesso a serviços de saneamento e as condições de habitabilidade dos domicílios, verifica-se que mesmo com as melhorias nas condições habitacionais ocorridas nos últimos 15 anos, **ainda existem no país cerca de 54,6 milhões de pessoas com condições de moradia inadequadas, o que correspondia a 34,5% da população urbana em 2007**. Em 1992 o percentual da população urbana com condições inadequadas de moradia era 49,3%. As desigualdades regionais no acesso à moradia adequada ainda são bastante evidentes, com os indicadores de adequação da moradia do Sudeste e do Sul superando largamente os indicadores das outras 3 regiões. As piores condições de moradia em termos relativos encontram-se entre os moradores da região Norte.



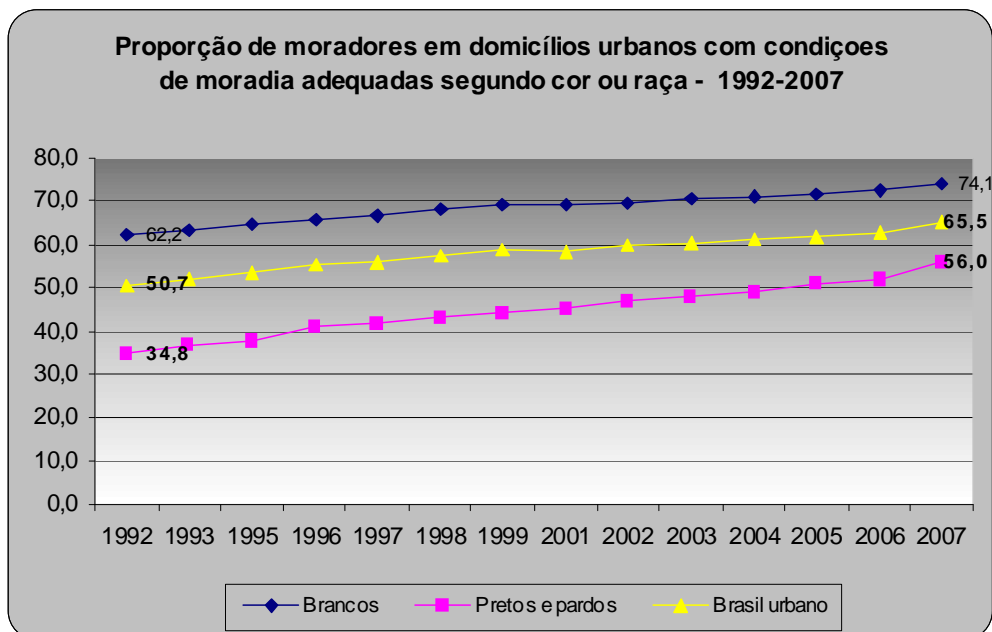
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Em termos absolutos, o principal fator de inadequação diz respeito à ausência de soluções adequadas para o esgotamento sanitário, seguidos pela falta de serviços adequadas de água e pelo adensamento excessivo, como se pode ver no gráfico a seguir.

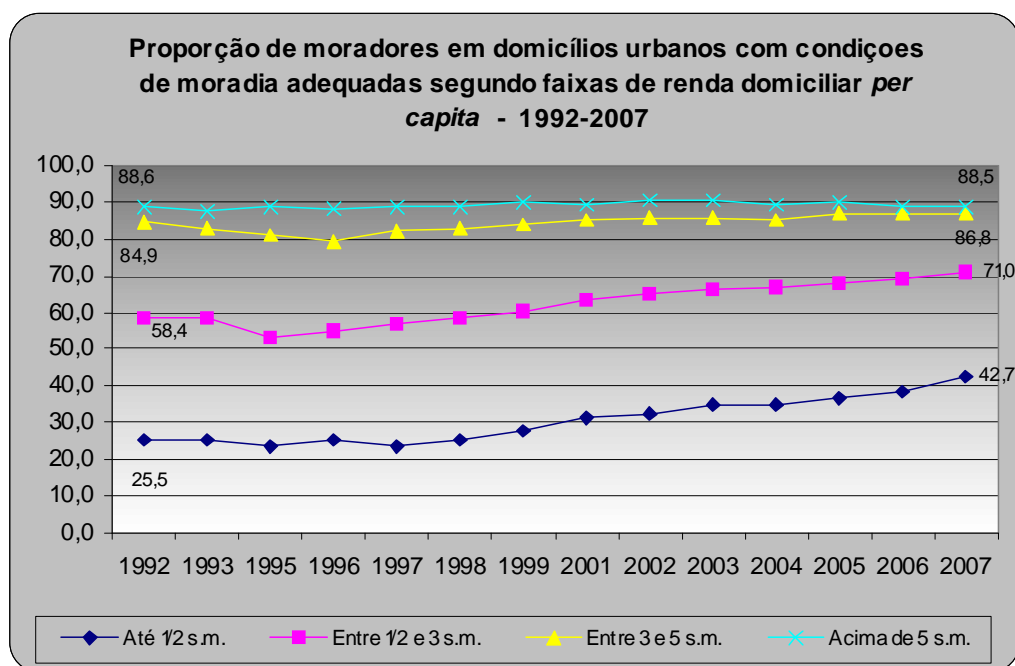


Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

As desigualdades raciais no acesso a moradia adequada diminuíram, mas o *gap* entre brancos e negros supera os 18 pontos percentuais. As desigualdades socioeconômicas também caíram, principalmente no último ano, embora ainda permaneçam em patamar bastante elevado.



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Famílias Conviventes Secundárias

Uma das novidades trazidas pela Pnad 2007 na área habitacional é a informação sobre os motivos da coabitação familiar no Brasil, por meio da introdução de duas novas perguntas no questionário de 2007 para as famílias conviventes secundárias², o que permite qualificar o déficit habitacional no Brasil, dado que a coabitação familiar é o principal componente desse déficit quantitativo.

Famílias secundárias segundo motivos e intenções de convivência, por situação censitária - 2007

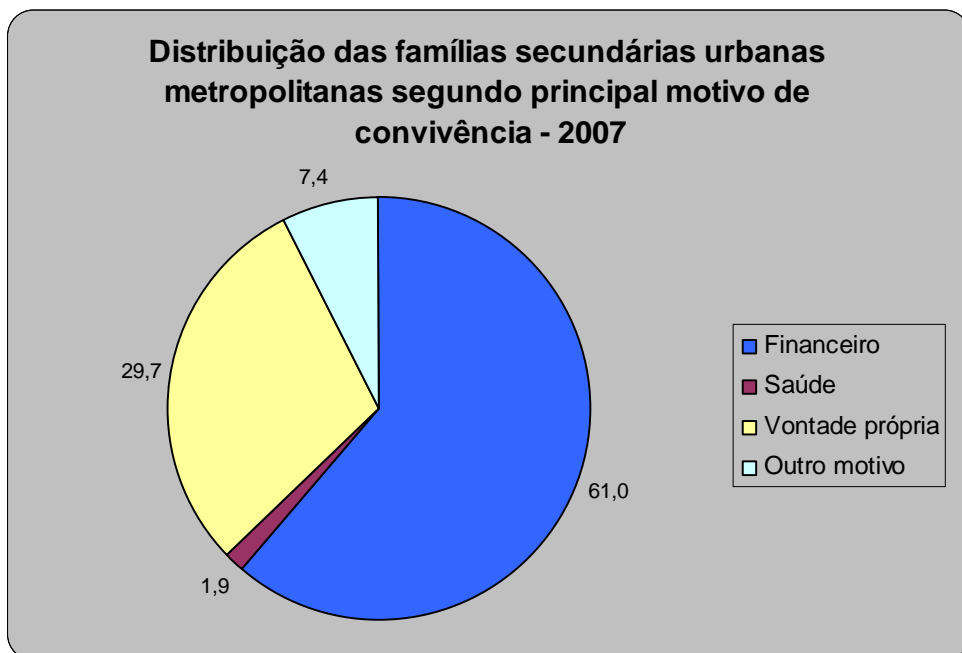
Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Situação Censitária			Situação Censitária		
		Rural	Urbano	Brasil	Rural	Urbano	Brasil
Financeiro	Sim	198.112	1.386.804	1.584.916	38,1	44,3	43,4
	Não	64.797	405.952	470.749	12,5	13,0	12,9
	Total	262.909	1.792.756	2.055.665	50,5	57,3	56,3
Saúde	Sim	3.736	22.842	26.578	0,7	0,7	0,7
	Não	15.580	54.328	69.908	3,0	1,7	1,9
	Total	19.316	77.170	96.486	3,7	2,5	2,6
Vontade própria	Sim	80.989	411.051	492.040	15,6	13,1	13,5
	Não	126.062	603.320	729.382	24,2	19,3	20,0
	Total	207.051	1.014.371	1.221.422	39,8	32,4	33,5
Outro motivo	Sim	16.463	156.045	172.508	3,2	5,0	4,7
	Não	14.419	87.850	102.269	2,8	2,8	2,8
	Total	30.882	243.895	274.777	5,9	7,8	7,5
Total	Sim	299.300	1.976.742	2.276.042	57,5	63,2	62,4
	Não	220.858	1.151.450	1.372.308	42,5	36,8	37,6
	Total	520.158	3.128.192	3.648.350	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

² V0409 – Principal motivo de morar neste domicílio com outra (s) família e V0410 – Intenção de se mudar e constituir outro domicílio.

De acordo com a Pnad **o principal motivo para a coabitação familiar é a falta de recursos financeiros, situação em que se enquadram 56,3% das famílias secundárias entrevistadas (2 milhões)**. Os principais motivos para a coabitação familiar são distribuídos de forma diferente entre as áreas rural e urbana. Enquanto o motivo "financeiro" é maior nas áreas urbanas (57,3%), o motivo "vontade própria" é bastante expressivo nas áreas rurais (39,8%). Além disso, a intenção de mudar é sempre maior quando a coabitação é por motivos financeiros, sendo esta intenção um pouco maior nas áreas urbanas. Quando o motivo é por vontade própria ou devido a problemas de saúde, não se tem intenção de mudar, especialmente nas áreas rurais. O número de famílias conviventes que expressou vontade de mudar e constituir um novo domicílio é de 2,3 milhões (62,4% das famílias secundárias entrevistadas). Face aos resultados da Pnad temos que apenas a parcela referente a esses 2,3 milhões de famílias, é que deveria ser contabilizada nos números do déficit habitacional como coabitação involuntária, o que diminuiria o déficit habitacional em cerca de 1,4 milhões de domicílios.

Como acontece com os indicadores de adensamento domiciliar e ônus excessivo com o pagamento do aluguel, os fenômenos da coabitação involuntária também são mais expressivos nas regiões metropolitanas, onde 61% das famílias conviventes dizem ser a falta de recursos financeiros o principal fator da convivência de mais de uma família num mesmo domicílio.



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Analisando os dados referentes ao ciclo de vida dos chefes das famílias secundárias, observa-se que a falta de recursos financeiros predomina entre os motivos apontados pelos chefes das famílias secundárias com idades até 45 anos, impedindo-os de formar novos domicílios e retardando a saída dos jovens da casa dos pais. Já a coabitação por vontade própria ou por motivos de saúde são mais freqüentes nas famílias secundárias com idade mais avançada.

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Idade do chefe da família									
		Até 15 anos	Entre 16 e 20 anos	Entre 21 e 25 anos	Entre 26 e 30 anos	Entre 31 e 35 anos	Entre 36 e 40 anos	Entre 41 e 45 anos	Entre 46 e 50 anos	Entre 51 e 60 anos	A partir de 60 anos
Financeiro	Sim	25,28	46,18	50,40	45,64	41,43	39,99	35,47	26,81	23,51	10,99
	Não	30,39	15,45	11,44	11,60	13,00	14,07	11,96	15,13	15,19	12,68
	Total	55,66	61,63	61,84	57,24	54,43	54,06	47,43	41,94	38,70	23,67
Saúde	Sim	0,00	0,50	0,62	0,40	0,93	1,33	1,16	1,62	1,35	0,88
	Não	0,00	0,24	0,68	0,83	2,01	2,17	3,01	6,74	9,71	20,48
	Total	0,00	0,74	1,30	1,23	2,94	3,50	4,17	8,36	11,06	21,36
Vontade própria	Sim	10,48	14,64	13,95	15,82	13,14	11,11	10,60	9,40	8,03	7,02
	Não	29,88	17,22	15,56	18,57	20,36	22,48	29,76	31,77	34,48	38,65
	Total	40,35	31,86	29,51	34,39	33,49	33,58	40,36	41,18	42,51	45,67
Outro motivo	Sim	3,98	3,86	5,27	4,67	5,28	6,45	3,73	2,01	3,18	2,04
	Não	0,00	1,90	2,08	2,47	3,86	2,41	4,31	6,52	4,55	7,26
	Total	3,98	5,77	7,35	7,14	9,14	8,86	8,04	8,53	7,73	9,30
Total	Sim	39,73	65,19	70,24	66,53	60,78	58,88	50,97	39,84	36,07	20,93
	Não	60,27	34,81	29,76	33,47	39,22	41,12	49,03	60,16	63,93	79,07
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

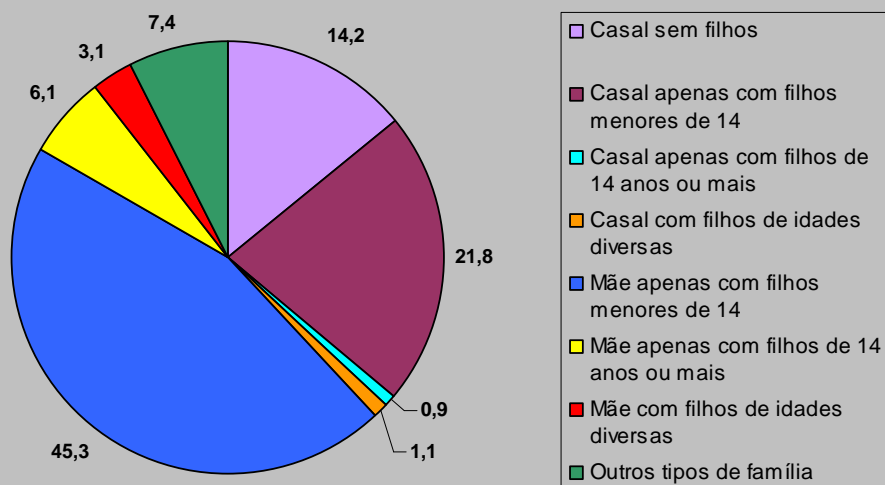
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Quanto ao tipo de arranjo familiar, predominam entre as famílias conviventes as mães com filhos pequenos (1,4 milhões de famílias), o casal com filhos menores de 14 anos (683 mil) e os casais sem filhos (444 mil). No caso de mães solteiras com filhos pequenos e de idosos com problemas de saúde a coabitação familiar pode contribuir para reduzir a vulnerabilidade social desses 2 grupos.

Motivo da coabitação	Intenção de se mudar	Tipo de família (relativo)							Outros tipos de família
		Casal sem filhos	Casal apenas com filhos menores de 14	Casal apenas com filhos de 14 anos ou mais	Casal com filhos de idades diversas	Mãe apenas com filhos menores de 14	Mãe apenas com filhos de 14 anos ou mais	Mãe com filhos de idades diversas	
Financeiro	Sim	50,19	56,46	30,66	44,23	41,61	28,56	37,63	31,55
	Não	8,54	9,09	7,47	12,31	15,09	17,40	17,65	15,24
	Total	58,72	65,55	38,13	56,54	56,70	45,96	55,28	46,78
Saúde	Sim	1,08	1,09	0,76	2,71	0,46	0,35	1,22	0,46
	Não	2,59	0,47	7,21	2,42	1,12	5,34	3,95	2,87
	Total	3,66	1,56	7,97	5,14	1,59	5,68	5,17	3,33
Vontade própria	Sim	17,00	12,37	11,92	7,66	13,36	8,61	9,12	13,10
	Não	13,38	12,61	31,57	25,49	20,36	29,65	26,57	29,66
	Total	30,37	24,97	43,49	33,15	33,72	38,26	35,69	42,77
Outro motivo	Sim	5,02	6,48	3,08	2,12	4,82	3,50	2,80	4,37
	Não	2,21	1,44	7,33	3,06	3,17	6,59	1,05	2,75
	Total	7,24	7,92	10,41	5,18	7,99	10,09	3,86	7,12
Total	Sim	73,28	76,40	46,42	56,72	60,25	41,02	50,77	49,48
	Não	26,72	23,60	53,58	43,28	39,75	58,98	49,23	50,52
	Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

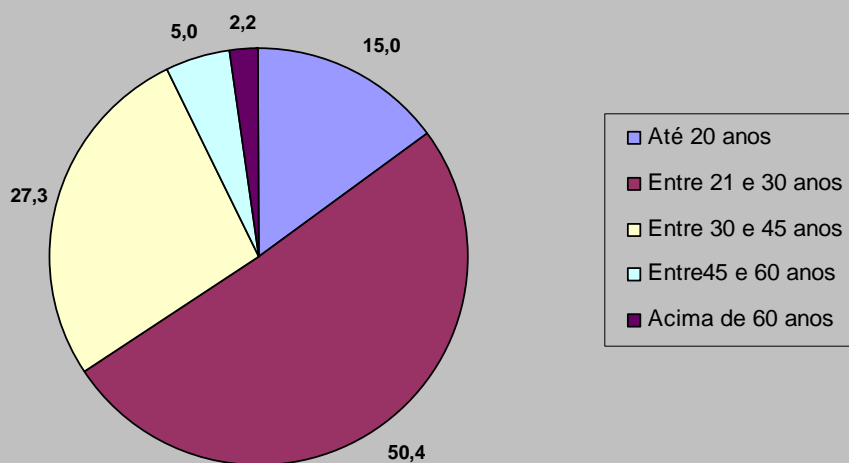
Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Distribuição percentual dos tipos de composição familiar das pessoas pertencentes a famílias secundárias - Brasil, 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007

Distribuição etária percentual das pessoas pertencentes a famílias secundárias - Brasil, 2007



Fonte: Ipea, com base nos microdados da Pnad/IBGE, 1992 e 2007